

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA BRUNA CELESTINO KON TEIN

TEORIA DO CICLO POLÍTICO-ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO GOVERNO LULA
DE 2003 A 2010

CURITIBA

2023

LUANA BRUNA CELESTINO KON TEIN

TEORIA DO CICLO POLÍTICO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO GOVERNO LULA
DE 2003 A 2010

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador(a): Prof. Dr. Junior Garcia.

CURITIBA

2023

Dedico este trabalho a Universidade Federal do Paraná, que me serviu como
lar durante os últimos 5 anos.

AGRADECIMENTOS

Acredito que o período acadêmico não forma somente um economista, um professor, ou um cientista, a trajetória acadêmica é transformadora. Por tudo que vivi, além de economista, saio da Universidade uma cidadã que acredita que tudo é possível quando se trata de disciplina e dedicação, não existem limites quando se tem a junção desses dois componentes. Em primeiro lugar, gostaria de deixar meus agradecimentos a Universidade Pública, eu como a primeira pessoa a me formar em uma universidade no meu núcleo familiar sei a importância de ter um lugar que te acolha e mostre que com a educação é possível alcançar objetivos que eu nunca imaginei que um dia seria possível atingir. Quero agradecer aos meus professores, vocês são responsáveis por todo meu desenvolvimento e aprendizagem. Para mim, não existe profissão mais nobre do que a de um professor. Vocês são responsáveis por todo conhecimento compartilhado dentro de uma sociedade. Em especial quero deixar meu agradecimento ao meu querido professor, Dr. Junior Garcia. Antes de escolher um tema, já havia escolhido meu orientador, desde 2017, quando tive minha primeira aula de economia com ele, já o admirava como economista, é um verdadeiro maestro quando está em sala, e com toda essa minha admiração, foi uma honra tê-lo como meu orientador, o que me deixou mais surpresa ainda, pois fora da sala de aula ele continua educando de forma didática e clara, deixando sempre nítido a preocupação em educar e formar um economista. Obrigada por tudo, professor. Preciso agradecer a Deus, obrigada por ter cuidado de mim, obrigada por responder todas as minhas orações, obrigada pela saúde e pelo dom da vida. Também gostaria de deixar meus agradecimentos a minha mãe Cintia que me apoiou em absolutamente tudo. Mãe, você é tudo que eu tenho. Aos meus tios, Ticon e Sara que quando falei que não tinha condições de fazer o vestibular em Curitiba, me deram todo apoio financeiro.

“Fazer alguma coisa é melhor do que não fazer nada, se esforce, apenas
faça algo”. (autora, 2023)

RESUMO

Em 1975, o economista William Nordhaus publica o primeiro artigo sobre a teoria do ciclo econômico político. Esse artigo anuncia para a sociedade e para o Estado que a manipulação no resultado das variáveis macroeconômicas por parte dos políticos para obtenção de votos está sendo vista. Em 1977, Hibbs observa que os partidos de esquerda e direita manipulam os resultados eleitorais com base nas ideologias partidárias. Em contrapartida, Alesina, em 1987, identifica que em determinado momento do calendário eleitoral não há ideologia de esquerda ou direita, para obter votos, todos seguem para a mesma direção. Logo a frente, em 1988, Rogoff observa a assimetria de informações dos eleitores sobre os governantes. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar se há ocorrência de possíveis oscilações tendenciosas na economia brasileira durante os dois primeiros mandatos do Governo Lula (2003-2010). Para isso, foi observado o comportamento do PIB, IPCA, taxa de desocupação, taxa Selic e o nível dos gastos públicos. Portanto, em virtude dos dados analisados, há indícios de oportunismo na condução de políticas econômicas, sobretudo nas políticas fiscais, majoritariamente, no regime de políticas de transferência de renda.

Palavras-chave: Economia. Eleições. Oportunismo.

ABSTRACT

In 1975 the economist William Nordhaus publishes the first article on the theory of the political economic cycle, this article announces for society and for the State that manipulation in the result of macroeconomic variables by politicians to obtain votes is being seen. From this, several academic manifestations on the subject arise. In 1977, Hibbs observes that left and right parties manipulate electoral results based on party ideologies. On the other hand, Alesina, in 1987, identifies that at a certain moment in the electoral calendar there is no left or right ideology, to obtain votes, everyone goes in the same Direction. Right ahead, in 1988, Rogoff observes the asymmetry of voters' information about the rulers. Therefore, the objective of this work is to analyze whether there are possible biased oscillations in the economy during the first two terms of the Lula government (2003-2010), for this, the behavior of the PIB, IPCA, vacancy rate, Selic rate and the level of public spending. Therefore, due to the data analyzed, opportunism was identified in the conduct of economic policies, especially in fiscal policies, mainly in the income transfer policy regime.

Keywords: Economy. Elections. Opportunism.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Saldo das transações correntes do Brasil em US\$ milhões: 1995 -2002	28
GRÁFICO 2 – Taxa de variação real anual do PIB (Produto Interno Bruto) Brasileiro (%): 2003-2010	29
GRÁFICO 3 – Índices de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil: 2003-2010	29
GRÁFICO 4 – Taxa de Desocupação no Brasil: 2003-2010	30
GRÁFICO 5 – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Brasil: 2002- 2010	31
GRÁFICO 6 – Saldo das transações correntes do Brasil em US\$ milhões: 2003-2011	34
GRÁFICO 7 – Taxa de variação real anual do PIB (Produto Interno Bruto) Brasileiro (%): 2003-2010	35
GRÁFICO 8 – Índices de Preço ao Consumidor Amplo no Brasil: 2003-2011	36
GRÁFICO 9 – Taxa de Desocupação no Brasil: 2003-2011	37
GRÁFICO 10 – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Brasil: 2002- 2011	37

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
IPEADATA	Dados Econômicos e Financeiros do Brasil em séries anuais, mensais e diárias
PIB	Produto Interno Bruto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 TEORIA DO CICLO POLÍTICO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1.1 Modelo oportunista com expectativas irracionais Erro! Indicador não definido.	
2.1.2 Modelo oportunista com expectativas racionais	19
2.1.3 Modelo partidário com expectativas irracionais	20
2.1.4 Modelo partidário com expectativas racionais	21
2.2 CICLO ECONÔMICO INVERTIDO	23
3 INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS.....	25
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	26
4.1 Governo Lula (2003-2010)	26
4.2 Ciclo Econômico Político no Brasil 2002 a 2010	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A influência do calendário eleitoral na tomada de decisão dos políticos, sob a condução do cenário econômico nos países, relacionou o estudo entre Ciências Econômicas e Ciências Políticas. Nesse sentido, a teoria econômica do ciclo político busca analisar comportamentos tendenciosos de governantes, os quais manuseiam atividades econômicas com o objetivo de conquistarem votos.

Ao longo da história é comum identificar a ocorrência de ciclos econômicos, que são caracterizados, no curto prazo, por períodos de prosperidade econômica seguidos por recessões (VENTURINI; *et al.* 2019, p. 2). Schumpeter (1939) classifica a teoria do ciclo econômico em quatro fases: i) expansão; ii) recessão; iii) depressão; iv) recuperação. Nordhaus (1975) foi o primeiro a analisar a relação dos ciclos econômicos, com o calendário eleitoral. Sociedades democráticas, concedem a população o direito de decidir quais pessoas podem participar do governo, em tese, esse período é para ser direcionado na busca do bem-estar social e econômico do país. No entanto, com o objetivo de se manter no poder, governantes manipulam cenários econômicos (NORDHAUS, 1975). Dado isso, economistas observaram a presença de flutuações econômicas durante calendários eleitorais.

Nesse contexto, é possível com base na literatura, identificar a influência do calendário eleitoral na condução das políticas econômicas nos Governos do Presidente Lula (2003-2010)? Para responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral é investigar se é possível identificar a influência do calendário eleitoral na condução das políticas econômicas do governo federal entre 2003 e 2010. Para isso, os objetivos específicos são: i) identificar na literatura os elementos que podem caracterizar a ocorrência do ciclo político na condução de política econômica; ii) definir critérios para busca e seleção de estudos científicos sobre as políticas econômicas adotadas no governo Lula; iii) analisar os estudos científicos selecionados sobre o governo Lula a luz da teoria do ciclo político.

O primeiro capítulo apresenta a teoria do ciclo econômico político, a qual é composta pelos modelos oportunista e partidário, desenvolvidos a partir de 1970. O segundo capítulo, apresenta os materiais e metodologias adotadas no estudo. O terceiro capítulo apresenta os resultados seguidos da respectiva discussão. Por fim, as conclusões são apresentadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA OU TEÓRICA

A Teoria do Ciclo Econômico Político analisa comportamentos cíclicos nas economias durante associados ao calendário eleitoral. A teoria é composta pelo Modelo Oportunista com Expectativas Irracionais (Nordhaus, 1975); Oportunista com Expectativas Racionais (Rogoff e Sibert, 1988); Partidário com Expectativas Irracionais (Hibbs, 1977); Partidário com Expectativas Racionais (Alesina, 1987). Nesse contexto, o capítulo tem por objetivo apresentar os modelos desenvolvidos no âmbito da Teoria do Ciclo Econômico Político.

2.1 TEORIA DO CICLO POLÍTICO

Durante períodos eleitorais, com o objetivo de avaliar o governo, é comum que eleitores olhem para conjuntura econômica. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), a taxa de inflação, a taxa de desemprego e o câmbio são indicadores que podem influenciar na tomada de decisão do eleitorado. É comum, por exemplo, que na propaganda eleitoral ou em debates, os políticos usem esses indicadores para se autopromoverem com a pretensão de uma possível reeleição. Nesse contexto, o capítulo apresenta uma breve revisão da literatura sobre as teorias econômicas do ciclo político.

A abordagem que relaciona decisões políticas com a pretensão de obter vantagens em épocas eleitorais não surgiu de forma ordenada. A literatura sobre o tema foi se moldando conforme a presença de períodos de expansões e contrações nas economias. Ao escrever sobre ciclos econômicos Kalecki, (1943) também identificou a presença de fatores políticos, Kalecki (1943, p.329) descreve os ciclos econômicos políticos como um fenômeno “sintomático do futuro regime econômico das democracias capitalistas”.

Akerman (1947) relaciona períodos de crise e ascensão econômica com resultados eleitorais, portanto, o cenário econômico é o que determina se o partido irá ou não se manter no poder. Akerman (1947, apud MOURA, 1981, p. 266) considera que “numa democracia política em países industrializados o povo vota, primeiramente, de acordo com as condições econômicas”.

A teoria do ciclo econômico político passa a ser analisada de maneira individual somente em 1957 por Downs, que monta uma estrutura de modelo para

analisar sobre o tema. Em primeiro lugar, Downs considera que o governo prioriza a maximização do apoio político, em segundo, que o governo pertence a uma sociedade democrática que realiza eleições de tempo em tempo, e, por último, o modelo assume que o principal objetivo dos governantes é a reeleição (DOWNS, 1957).

Para Downs (1957), com a finalidade de maximizar o voto do eleitorado, políticos partem do pressuposto que a escolha do eleitor é influenciada por ações políticas e pelo desempenho econômico do passado. Dessa forma, o governo em vigor busca adotar políticas que possam influenciar diretamente a decisão do eleitor, deixando de lado os impactos econômicos de longo prazo.

Numa perspectiva mais recente, a teoria do ciclo econômico político pode ser organizada em quatro modelos, que são eles: Oportunista com Expectativas Irracionais, Oportunista com Expectativas Racionais, Apartidário com Expectativas Irracionais e Apartidário com Expectativas Racionais.

2.1.1 Modelo oportunista com expectativas irracionais

O debate acerca da influência do calendário eleitoral nas tomadas de decisões nas políticas públicas foi objeto de estudo pelo economista William Nordhaus, que em 1975 publicou o estudo que observa se a tomada de decisão dos eleitores é sensível a inflação e ao desemprego. Para explicar tal fenômeno, o autor usa a Curva de Philips¹.

Guiado pela conjuntura econômica da década de 70, com crises no petróleo e países industrializados com alta taxa de inflação (BEDIN, NIELSSON 2013, p 37), Nordhaus observa que políticos, visando as eleições, adotam políticas públicas que induzem ao rápido crescimento da atividade produtiva, como, aumento nos gastos públicos ou emissão monetária. Antes das eleições, essa ação pode gerar uma queda no desemprego do país, porém, seguindo a lógica da curva de Phillips, Nordhaus também sinaliza o aumento na inflação, de modo que “após o período eleitoral as consequências inflacionárias seriam ainda maiores, juntamente com a queda do PIB e aumento no desemprego.” (NORDHAUS, 1975, p 176-177).

¹ Mostra as combinações de inflação e desemprego que surgem no curto prazo à medida que deslocamentos na curva de demanda agregada movem a economia ao longo da curva de oferta agregada no curto prazo” (MANKIOW, 2016, pág. 751).

O objetivo central do modelo oportunista citado por Nordhaus (1975) é a maximização dos votos para se manter no poder. Os governantes se aproveitam de políticas econômicas para obter vantagens antes e durante ao período eleitoral, sem medir as consequências posteriores as eleições (NORDHAUS, 1975). O eleitor, por sua vez, “compara o comportamento do partido governante com o comportamento usual dos demais partidos no passado” (BOLZAN, 2019, pág. 3). Se o partido atual obteve um desempenho econômico melhor ao partido anterior, espera-se que o eleitor vote no partido que apresentou um melhor desempenho. (BOLZAN, 2019).

Downs (1957) também acreditava que políticos eram maximizadores de votos. Segundo o autor “os partidos políticos não ganham eleições para formular políticas, mas formulam políticas para ganhar eleições”. (DOWNS, 1957 p. 57). O autor também assume que políticos são estimulados pela ambição de obter prestígio e renda, e que para alcançar esse objetivo é necessário que o partido ganhe as eleições.

Segundo Hugo Borsani (2001, pág. 484), existem três pressupostos básicos de ciclos-eleitorais que são:

1) o principal objetivo dos partidos no governo é manter-se no poder, por isso intervêm na situação econômica a fim de maximizar os votos na próxima eleição; 2) os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos; 3) os governos podem, mediante suas decisões e instrumentos de políticas públicas, gerar antes das eleições um maior crescimento produtivo e uma diminuição do desemprego para níveis não sustentáveis a médio prazo, à custa de um aumento da inflação em um período pós-eleitoral.

O modelo oportunista irracional, portanto, assume que, por um lado, os políticos em período pré-eleitoral deixam de lado as questões partidárias, atuando de modo oportunista ao manipular ferramentas políticas com objetivo de conquistar votos por outro, eleitores comparam ações e resultados políticos passados com a conjuntura política em vigor a fim de escolherem seus governantes.

2.1.2 Modelo oportunista com expectativas racionais

Em direção oposta ao modelo oportunista com expectativas irracionais, Rogoff e Sibert (1988) iniciam o desenvolvimento do modelo oportunista racional. O modelo é baseado no pressuposto de que os eleitores conseguem identificar as ações oportunistas dos candidatos, portanto, não são enganados por políticas eleitoreiras.

Levando em consideração que o eleitor vota com base nas ações políticas passadas, juntamente aos benefícios futuros esperados, o modelo oportunista com expectativas racionais prevê que durante o calendário eleitoral, os políticos não medem esforços para provar sua competência aos eleitores. Para isso, os políticos manobram políticas econômicas para alcançarem a maximização de votos.

No entanto, para os autores, “as informações não são perfeitas, o governo possui um conjunto de informações de momento maior do que o conjunto que os eleitores possuem” (ARAÚJO, pág. 17, 2010). Esse conceito é definido por Rogoff (1988) como assimetria de informação, para o autor, os políticos possuem vantagem sobre informação em relação aos eleitores, sendo assim, omitem informações que podem ser prejudiciais a imagem que querem passar aos eleitores. Dessa forma, mesmo agindo de forma racional, os eleitores ainda possuem desvantagem de informação.

O modelo assume que ao passar do tempo os eleitores vão aprendendo com o próprio erro, fazendo com que as manipulações eleitoreiras fiquem cada vez mais restritas, o que conseqüentemente pode gerar uma queda no ciclo eleitoral, pois ao notarem a presença do ciclo econômico político, eleitores podem punir governantes alocando seu voto para outros políticos (ARAÚJO, 2010).

2.1.3 Modelo partidário com expectativas irracionais

O modelo partidário apresentado por Hibbs (1977) é resultado da análise de 11 economias no período pós-guerra, cujo objetivo principal foi identificar comportamentos cíclicos na política, sejam eles decorrentes na perspectiva ideológica de esquerda ou de direita. Adota-se no modelo o pressuposto de que as decisões políticas são estabelecidas a partir da ideologia partidária do governo que está no poder (HIBBS, 1977). No período pós guerra, diversas economias capitalistas se viram divididas entre “esquerda” e “direita”, portanto, se, por um lado, partidos de esquerda defendem maior intervenção do Estado na economia, a ampliação de políticas sociais voltadas ao eleitor com menor renda, são a favor da taxa de desemprego mais baixa em detrimento a taxa de inflação maior, por outro lado, partidos de direita tendem apoiar uma menor intervenção do Estado na economia, são mais sensíveis a taxas de inflação, mesmo que isso ocasione a um aumento na taxa de desemprego (HIBBS, 1977). Portanto, para Hibbs (1977), governos progressistas são mais

sensíveis com as expectativas de desemprego, inclusive, muitos defendem o pleno emprego. (FIALHO, 2022). Os governos mais conservadores voltam suas políticas ao controle inflacionário (FIALHO, 2022). O *trade-off*² entre inflação e desemprego está intrinsicamente associado ao partido que está no poder, sendo assim, os partidos são influenciados pelos interesses sociais do seu público eleitoreiro (FIALHO, 2022).

Opostamente a Hibbs, Beck (1982), afirma que é muito limitado acreditar que o conjunto de políticas de determinado partido caminhem na mesma direção, sem que haja divergências de opiniões entre eles. Para Beck (1982), decisões feitas por somente um partido político numa economia democrática dificilmente poderão influenciar tão amplamente nos resultados macroeconômicos. Somado a isso, segundo Beck (1982), o modelo partidário de Hibbs não leva em conta o setor privado, como um forte componente nos resultados econômicos, em que as decisões políticas são também influenciadas por agentes privados (FIALHO, 2022).

2.1.4 Modelo partidário com expectativas racionais

O modelo partidário com expectativas racionais, é considerado o pressuposto de que os eleitores não conseguem prever o partido que ganhará as eleições, portanto, não sabem quais políticas serão adotadas no futuro (ALESINA, 1987). O modelo começou a ser desenvolvido por Alesina (1987), que analisou dois partidos entre os anos de 1945 e 1984 nos Estados Unidos que utilizaram o *trade-off* de inflação e desemprego de maneira distinta. O autor analisou políticas do partido Republicano e do partido Democrata. O partido Republicano mostrou ser mais sensível a taxa de inflação durante o início do mandato, ou seja, manifestou preferência a políticas de controle a inflação. O partido Democrata optou por uma taxa de inflação maior junto a nível de emprego menor.

Sendo assim, o modelo assume a existência de viés político na condução econômica de cada partido, ressaltando a diferença na escolha dos objetivos políticos conforme o partido. Essas diferenças, portanto, são mais visíveis no início de cada governo, e durante certo período há uma relativa neutralidade nas decisões políticas, ocorrendo compatibilidade entre partidos de esquerda e direita (Alesina, 1992, p. 651-

² Segundo Mankiw (2016, p. 4), *trade-off* “é um termo que define uma situação conflitante, quando uma ação econômica visa a resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros”.

658). Alesina (1992) argumenta que há comportamentos partidários durante períodos eleitorais, pois, “políticos preferem permanecer no poder e, para isso, utilizam todas as ferramentas que estão ao seu alcance.” Conforme afirma Araújo (2010, p.24).

Então, os partidos políticos podem guiar políticas econômicas enviesadas até determinado período, mas que ao decorrer do mandato partidos de esquerda e de direita podem seguir a mesma direção na condução do cenário econômico (ALESIA, 1992). Para mais, Além e Giambiagi (2007) identificaram conduções contrárias a teoria do ciclo econômico político, o estudo avalia que em primeiro momento na gestão, alguns governos não adotaram medidas contencionistas, o que favoreceu tensões inflacionárias ou problemas externos, a partir dessa medida, portanto, surgiu a necessidade da adoção de políticas contracionista beirando o período eleitoral. Esta gestão expansionista na primeira fase e contracionista na segunda fase é conhecida como “ciclo econômico invertido” (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007).

2.2 CICLO ECONÔMICO INVERTIDO

Na literatura clássica dos ciclos econômicos políticos, Nordhaus (1975), observa comportamentos padronizados na condução de políticas econômicas nos países industrializados, os ciclos econômicos políticos analisado por Nordhaus apresentam duas fases, a primeira é a fase pré-eleitoral, onde a economia é fomentada e a segunda fase é a que ocorre após as eleições, o que geralmente é identificado políticas com maiores restrições (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007).

Além e Giambiagi (2007) abordam que, principalmente em países da América Latina após períodos de ditaduras militares, é possível analisar a inversão dos ciclos econômicos. Segundo os autores, os ciclos econômicos invertidos apresentam políticas mais expansionistas após as eleições e, no período pré-eleitoral, utilizam políticas mais restritivas. Algumas exceções ocorreram também em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, quando o governo Bush (1989-1992) adotou políticas expansionistas no início do mandato, mas ao final do mandato adotou políticas a fim de conter a inflação (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). Os eleitores, por sua vez, não perdoaram o então presidente Bush nas urnas, dando a vitória ao presidente Clinton (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). Quando Clinton assumiu a presidência, “a casa já estava arrumada”, o que, conseqüentemente, gerou um governo de prosperidade e uma reeleição (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007).

Nos países emergentes, principalmente na América Latina, quando estes estavam enfrentando o período de redemocratização pós ditadura militar, a maioria dos países latino-americanos presenciaram o ciclo econômico invertido (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). Durante a redemocratização, países em desenvolvimento se depararam com sérios problemas macroeconômicos, fazendo com que adotassem políticas fiscais expansionista logo após o ganho das eleições (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). Para Além e Giambiagi, (2007, p. 353) isso ocorreu pelas seguintes razões:

- a) O desejo das autoridades de se diferenciarem dos governos anteriores, que muitas vezes não tinham tido êxito nos seus esforços de crescimento.
- b) O entendimento de que a democracia deveria se legitimar de forma imediata, através do crescimento econômico; e o temor acerca da verdadeira força da democracia, se o país viesse a ter que passar por uma situação recessiva.
- c) A força inercial da pregação eleitoral, caracterizada por uma agenda que destaca muito mais as metas do que os problemas a serem enfrentados para a viabilização delas (ALÉM; GIAMBIAGI, 2007, p. 353).

Portanto, tendo em vista o que foi apresentado, o ciclo econômico invertido, analisa elementos que acarretam a condução de políticas econômicas nos países industrializados e nos emergentes para fins eleitorais. Segundo Além e Giambiagi (2007), países industrialização salvo algumas exceções, no período pós-eleitoral, optam por políticas fiscais mais restritivas, e durante a chegada do período pré-eleitoral adotam políticas expansionistas, já países emergentes tendem a fazer o inverso.

A teoria econômica do ciclo político analisa o comportamento de governantes na condução de políticas públicas com interesses eleitorais. Essa análise iniciou a partir de estudos que observaram flutuações econômicas durante e depois as eleições. Em 1975, Nordhaus, foi o pioneiro a relacionar decisões políticas com as variáveis econômicas. O modelo oportunista, proposto por Nordhaus (1975), identifica comportamentos tendenciosos de governantes junto ao calendário eleitoral, com a finalidade de maximizar votos. Rogoff e Sibert (1988), analisam o modelo oportunista racional. Para os autores, os eleitores são racionais e não se deixam influenciar por políticas eleitoreiras. No entanto, mesmo que os eleitores votem de forma racional, ainda existe a assimetria de informação, onde políticos possuem vantagens de informações sobre o eleitor (ROGOFF, SIBERT, 1988). Hibbs (1977) considera que políticos guiam a atividade econômica com base em ideologias partidárias, sendo estas de esquerda ou de direita. Alesina (1992), também acredita que as conduções

econômicas são enviesadas, porém, em determinado período governantes de direita ou de esquerda, acabam seguindo a mesma direção.

Por fim, Além e Giambagi (2007), analisaram o ciclo econômico político de países desenvolvidos e emergentes. O primeiro grupo de países costuma adotar políticas expansionistas antes do calendário eleitoral, mas depois políticas restritivas. Já os emergentes, passam a fazer o contrário, o que os autores nomeiam de “ciclo econômico invertido”.

3 INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para analisar a presença ou não do ciclo econômico político no Governo Lula (2002 a 2010). Em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva ganha a primeira eleição, quatro anos depois o então presidente se reelege, isto é, o mandato agora se estende até 2010. Portanto, esse trabalho analisa dois períodos eleitorais. Os principais autores citados para o desenvolvimento metodológico desse trabalho são: Andrade (2011), Além (2011), Britto (2014), Giambiagi (2007), Gremaud (2017), estes, publicaram estudos que observaram a ocorrência de ciclos econômicos políticos no Brasil em 2002 até 2010. Ademais, com fundamento na literatura clássica foram observados comportamentos pela perspectiva dos autores Rogoff (1988) e Nordhaus (1975).

Sendo assim, o primeiro dado analisado é o PIB (Produto Interno Produto) importante indicador quando é observado o comportamento econômico da economia nacional, Mankiw (2020, p. 383) define “o Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período”, portanto, o PIB (Produto Interno Bruto) mensura a queda ou o crescimento econômico das economias com base em períodos anteriores (MANKIW, 2020). Outra variável presente na análise é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para mensurar o aumento geral dos preços em determinado período, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calcula o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o índice é calculado mensalmente com base na variação de preços de algumas cidades brasileiras (IBGE, 2023). Contudo, para observar o *trade-off* entre desemprego e inflação, assim como cita Nordhaus (1975), o nível da taxa de desocupação também é analisado, os percentuais anuais foram recolhidos do IBGE. A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), é a taxa básica de juros na economia brasileira, funciona como a principal ferramenta usada pelo Banco Central para controle da taxa de inflação (BACEN, 2023), essa variável é importante para entender as movimentações na política monetária do período analisado. Por fim, o comportamento dos gastos públicos totais também é analisado, tendo em vista que, assim como as empresas e as famílias o governo também precisa ter o controle contábil de suas receitas e de seus gastos. Portanto, “os gastos públicos é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços

públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.” (Portal da Transparência, 2023).

As informações desses indicadores econômicos sucederam de fontes primárias, assim sendo, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para o IPCA, taxa de desocupação e Selic, BACEN (Banco Central do Brasil) para saldo de transação de conta corrente, IPEADATA (Dados Econômicos e Financeiros do Brasil em séries anuais, mensais e diárias) para o PIB, e STN (Secretária do Tesouro Nacional) para os gastos públicos. Esses dados são analisados por períodos anuais. Todas essas informações foram recolhidas de suas respectivas fontes e observadas usando a ferramenta Excel, sendo analisados com base na literatura clássica e os trabalhos acadêmicos que também estudaram o tema abordado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo discute as principais medidas e resultados do Governo Federal no período de 2003 a 2010. Para isso, foram analisados indicadores como: PIB (Produto Interno Bruto), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), Desemprego e Resultado em Conta Corrente. Os mesmos indicadores foram usados em conjunto com a literatura para observar e avaliar se há indícios de ciclo econômico e político na economia brasileira durante o período em questão.

Após três tentativas frustradas de ganhar as eleições, em 2002, Luiz Inacio Lula Da Silva (PT) conquista a Presidência da República do Brasil. A palavra-chave que predominava nos discursos do então presidente era “mudanças”. Lula sinalizava a necessidade de mudanças na economia, no sistema político e nas relações internacionais do Brasil com o resto do mundo (ALMEIDA, 2003). “Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República. Para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu companheiro José Alencar”. (discurso de posse do Presidente Lula, O Globo, 2 de janeiro de 2003).

O presidente antecessor Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), entregou um governo com instabilidade econômica: crise cambial, inflação, dívida pública que alcançava 60% do PIB. Essas foram algumas das variáveis preocupantes deixada pelo governo FHC (GREMAUD, et al., 2017). Ainda nesse período, a insegurança do mercado sobre a estabilização da dívida pública dificultou a entrada de capital estrangeiro, essa incerteza ocasionou na fuga de investidores para a economia brasileira (GREMAUD, et al., 2017). Sendo assim, o novo governo assume o poder com diversos desafios a serem enfrentados como: controle da dívida pública, dominância fiscal – em que elevações de taxa de juros para reduzir as pressões inflacionárias ampliavam as dúvidas em relação a sustentabilidade fiscal, superávits comerciais e volta do crescimento econômico (GREMAUD, et al., 2017). Portanto, em 2003, um fator importante que passa a “acalmar” o mercado em relação ao novo governo são as chamadas “reformas estruturais”, que englobavam os sistemas previdenciário e tributário. Tais reformas foram vistas como a continuidade do governo de FHC, porém, apesar de terem sido enviadas ao Congresso Nacional, não foram realizadas (GIAMBIAGI, 2017).

Em primeiro plano, as principais medidas tomadas nesse início de governo de acordo com Gremaud et al. (2017, p.643) foram:

- i) “a manutenção do sistema de metas inflacionárias e a revisão pelo Conselho Monetário Nacional destas metas de inflação”.
- ii) “elevação da meta de superávit primário para 2003, e para os quatro anos de governo, constando tal meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).”

Ainda no primeiro mandato é possível observar a implementação de políticas de transferências de renda, que também foi um grande marco no governo do petista. Em 2003 foi criado o programa Bolsa Família para combater a pobreza e a desigualdade no país (CARVALHO, 2018). Os três principais objetivos do programa são: 1) complemento da renda, ou seja, todos os meses as famílias que provem do benefício ganham determinada quantia em dinheiro; 2) acesso a direitos, portanto, para permanecer no programa, as famílias devem seguir alguns requisitos, como por exemplo, manter o filho matriculado na escola com alto grau de frequência acadêmica; 3) articulação com outras ações, isso quer dizer que o Bolsa Família tem finalidade estimular políticas sociais a fim do desenvolvimento e inclusão das famílias (Secretaria da Justiça e Cidadania, 2023). Os resultados econômicos das políticas no primeiro mandato do governo Lula (2003 - 2007), é marcado pelo crescimento médio do PIB entre 2003 e 2007 de 3,5% a.a., em um contexto de expansão econômica mundial, principalmente pela redução das taxas de juros nos EUA que se manteve por anos abaixo de 2%, e pela aceleração do crescimento comercial na China (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). O país apresentou um avanço se comparado aos anos de 1991 a 2000, que apresentou resultado inferior de 2,5%a.a. (ALÉM, GIAMBIAGI, 2007). Ainda na perspectiva do cenário mundial, o Brasil nesse período (2003 a 2007), denotou melhor aproveitamento de um cenário internacional favorável, diferente de anos anteriores, onde o governo teve dificuldades em acompanhar o crescimento econômico do resto do mundo (GIAMBIAGI, et al. 2011, p.26). Portanto, o primeiro mandato do governo Lula tem como principal medida a estabilização da economia. Durante esse período, a taxa de câmbio, junto a inflação foram as variáveis que direcionavam a política monetária do país (GREMAUD, et al., 2017).

Após ter atingido o objetivo do primeiro mandato de estabilização e melhoria nos indicadores econômicos externos e fiscais, ao vencer as eleições de 2006, Lula passa a buscar maiores taxas de crescimento econômico (GREMAUD, et al., 2017).

A conjuntura econômica do segundo mandato era favorável ao objetivo do presidente, tendo em vista que, a inflação estava de acordo com as metas, o cenário internacional se mantinha aos passos de expansão econômica, estabilidade cambial e os indicadores fiscais se mantinham positivos (GREMAUD, et al., 2017).

Para alcançar o objetivo de expansão econômica, em 2007, o governo propõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo Gremaud et al. (2017, p. 663) “o PAC é um conjunto de ações e metas para investimentos em infraestrutura, seja pelo setor privado ou público”. Para isso, o governo estimava para os próximos anos investimentos em transporte, energia, saneamento, habitação e recurso híbridos de aproximadamente 500 bilhões (GREMAUD, et al., 2017).

De acordo com Gremaud et al. (2017, p. 664) o Programa de Aceleração e Crescimento foi distribuído em três setores:

- i. logística (construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias);
- ii. energia (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis);
- iii. infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, universalização do programa Luz para Todos e infraestrutura hídrica).

Para alcançar as metas proposta pelo PAC, do ponto de vista macroeconômico era preciso diminuir a taxa de juros, para que assim houvesse o aumento do crédito, e por conseguinte, a ampliação do emprego e do nível de renda (GREMAUD et al, 2017). Além do PAC, visando o crescimento econômico, o governo Lula lança uma programa agora voltado ao desenvolvimento da indústria, o chamado Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP), tinha como objetivos: i) ampliação da Taxa de Investimento/PIB; ii) ampliação do investimento privado em P&D/PIB; iii) ampliação da participação das exportações nas exportações mundiais; iv) dinamização das micro e pequenas empresas. (GREMAUD, et al. 2017).

Embora o objetivo central do PAC e do PDP era acelerar o crescimento econômico, na prática, foram encontradas algumas barreiras, como por exemplo, as regras das agencias ambientais e o conflito em conciliar as metas fiscais de superávit junto com o crescimento do investimento público (GREMAUD, et al., 2017).

Em 2008 a crise global fez com que a economia brasileira tomasse novas direções, intitulada por alguns economistas como a “Grande Depressão”, foi desencadeada pelo declínio da taxa de lucro gerados pelo subprime (modalidade de

crédito com risco), associado as especulações imobiliárias no Estados Unidos e em países Europeus (TEIXEIRA, PAIM, 2018). Já em 2009 era possível sentir os impactos da crise na economia nacional, principalmente no PIB e no investimento, com isso, alguns setores industriais se comparado ao ano de 2008 caíram cerca de 20% (GREMAUD, et al., 2017). Para enfrentar a crise, o governo passa a usar ferramentas macroeconômicas como: diminuição das reservas bancárias e taxa de juros, empréstimos a bancos e empresas privadas, aumento na oferta de crédito, lançamento do programa social Minha Casa, Minha Vida, o aumento gradativo desses gastos foi possível graças aos superávits na balança de pagamento que o país vinha apresentando desde 2003, por conta dessas medidas, já no segundo trimestre de 2009 é possível identificar a recuperação da economia brasileira (GREMAUD, et al., 2017). Por fim, segundo Gremaud (2017, p. 678) “Lula terminou seu governo apresentando elevadas taxas de crescimento, mas sem que estas tenham se baseado em uma grande ampliação do produto potencial”.

Nesse capítulo, as ações do governo são analisadas pelo ponto de vista da teoria do ciclo econômico político. Os anos eleitorais do primeiro e do segundo governo Lula são: 2006 (Eleição Direta, 1º turno 1 de outubro; 2º turno 29 de outubro) e 2010 (Eleição Direta, 1º turno 3 de outubro; 2º turno 31 de outubro). Para observar tais comportamentos, o presente trabalho analisa o PIB (Produto Interno Bruto), IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), Taxa de Desemprego, taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e o nível de gastos públicos.

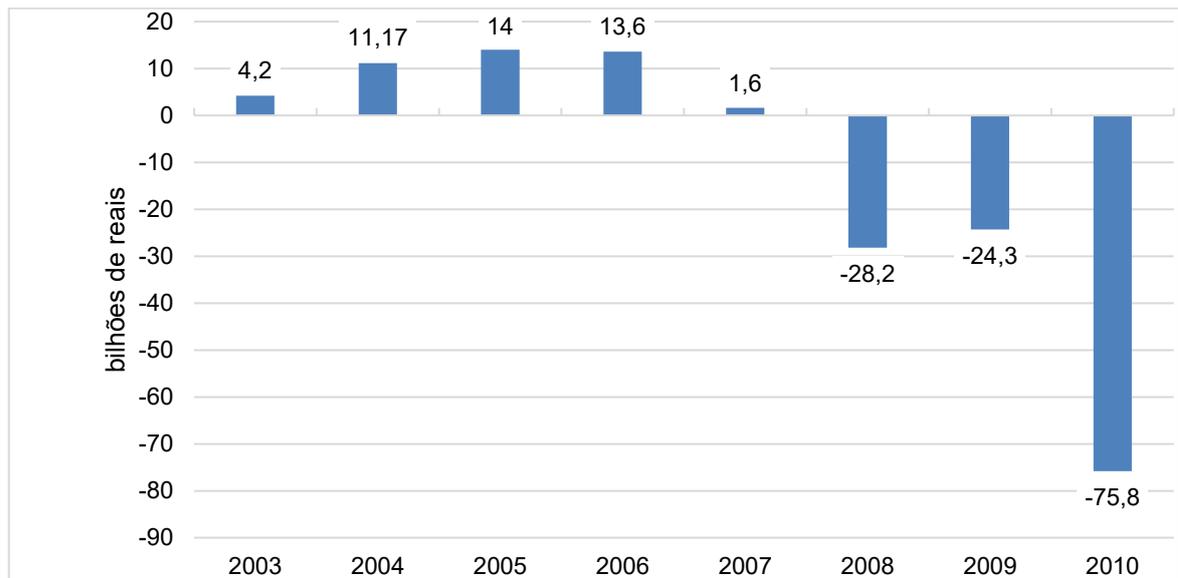
De acordo com Além, (2011, p. 195), após uma década de déficits no saldo da Balança Comercial, o Brasil a partir de 2003 começa a registrar sinais de recuperação. Isso se deu segundo Além, (2011, p.195) “pela melhora dos preços das exportações e, até meados da década, também ao aumento de quantum das vendas externas acima da taxa de crescimento das importações.” O resultado em conta corrente de 2007 até 2010 apresentou déficits, segundo Giambiagi (2017), esse resultado se deu por conta da “combinação de apreciação cambial, maior crescimento do PIB e forte predomínio da absorção doméstica gerou uma tendência gradual a deterioração da posição externa do país”. Para Giambiagi (2017, p. 218),

Tal dinâmica foi mais intensa a partir de meados da década, em virtude das características do ciclo político em curso, no qual a popularidade do Governo se baseava em transferências de renda a muitos indivíduos e no forte estímulo ao consumo das famílias. O consumo maior tornou-se a base do

evidente sentimento de bem-estar da maioria da população e, por extensão, do eleitorado (GIAMBAGI, 2017 p. 218).

Conforme mostra o gráfico 1 abaixo.

GRÁFICO 1 – Saldo das transações correntes do Brasil em US\$ milhões: 2003-2010

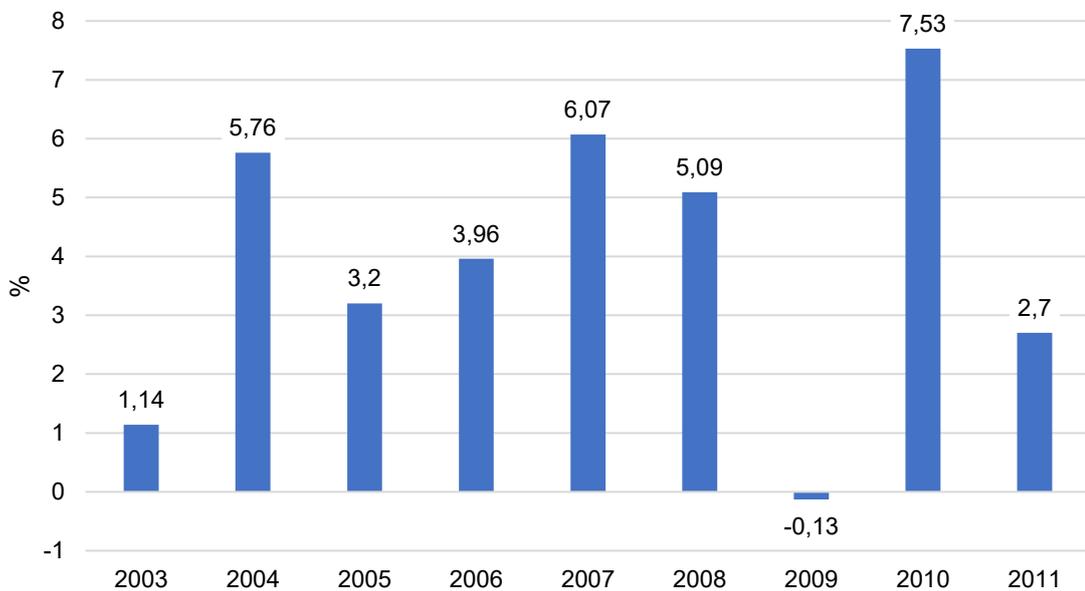


FONTE: Autoral com base no Banco Central (2023).

É possível observar pelo gráfico 2, que em 2003, houve um baixo percentual no crescimento do PIB, atingindo um patamar pouco significativo de 1,14% a.a. Já em 2004, ocorre um *boom* no desempenho do PIB, isso foi possível graças ao aumento nas exportações e da disponibilidade de crédito, já 2005 e 2006 se mantiveram abaixo dos 4% a. a (GREMAUD, et al., 2017). Dado o crescimento do PIB, principalmente pelo aumento no consumo das famílias e as importações líquidas entre 2003 e 2006, o resultado nos próximos quatro anos se manteve, salvo o ano de 2009, que apresentou uma queda brusca desencadeada pela crise global de 2008. Por conta das transferências diretas de renda, por exemplo, aposentadoria, aumento real do salário mínimo, seguro desemprego e Bolsa Família, a partir de 2010 o PIB volta a crescer, o que ocasionou ao aumento gradativo no consumo, em especial o consumo das famílias, (GIAMBIAGI, 2017). Segundo Nordhaus (1975), em anos eleitorais é possível identificar o aumento no crescimento econômico, em contrapartida, de acordo com o autor, passado esse período observa-se declínios. Em 2005, ano pré-eleitoral, o percentual do PIB (Produto Interno Bruto) era de 3,2%, em 2006 ano eleitoral, observa-se um aumento para 3,96%, nesse período, conforme afirma (LOURENÇO

apud BRITTO, 2014) o aumento do gasto público se deu pelo calendário eleitoral, o que ocasionou crescimento no PIB (Produto Interno Bruto). Dentre os anos analisados, 2010 ano eleitoral, apresentou a maior variação percentual de 7,53%. De acordo com Britto (2014), tal crescimento se deu pelas medidas adotadas em 2009 pós-crise, como aumento nos gastos públicos, redução de impostos e expansão do crédito, essas medidas proporcionaram para a população o aumento no poder de compra, fazendo com que o percentual do PIB se expandisse. Porém, após as eleições, em 2011 observa-se uma queda brusca que atingiu o patamar de 2,7%.

GRÁFICO 2 – Taxa de variação real anual do PIB (Produto Interno Bruto) Brasileiro (%):
2003-2011

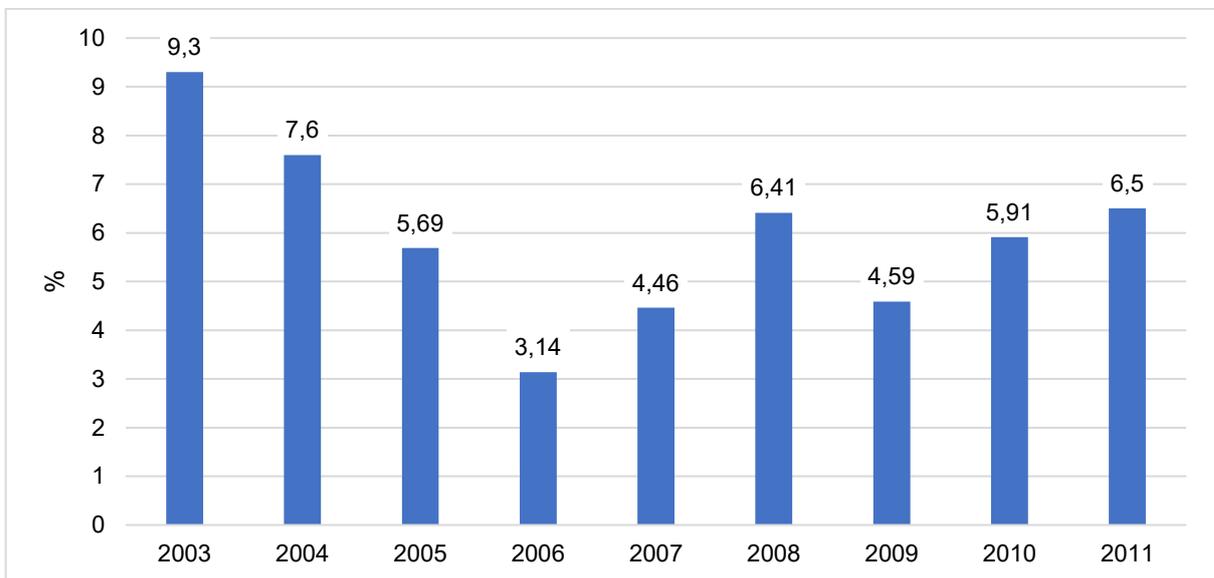


FONTE: Autoral com base na Ipeadata (2023).

Ocasionado pela valorização cambial e a política monetária guiada pela estabilização, durante os anos de 2003 a 2006 é possível observar um declínio gradativo na taxa de inflação, em 2003 o IPCA atingiu 9,30% a.a. valor consideravelmente alto, no entanto, no ano seguinte é possível observar queda chegando a 7,6% a.a., em 2006 o primeiro mandato é finalizado com a taxa de inflação de 3,14% a.a. (GREMAUD, et al., 2017). As políticas monetárias (taxa de juros) do período caminharam em conjunto com a meta de inflação, essa ação mostrou credibilidade do governo ao se esforçar em manter o controle inflacionário (GREMAUD, et al., 2017). Segundo Borsani (2001) os governos com a intenção de manipularem resultados eleitorais, adotam medidas de crescimento econômico, junto

a baixas taxas de desemprego não sustentáveis a médio prazo, mesmo que tais medidas gerem alta na taxa de inflação, principalmente após o período eleitoral. O gráfico 3, mostra as variações no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), anual entre 2003 e 2011. O ano eleitoral de 2006 atingiu a menor taxa de inflação se comparado aos anos anteriores do governo em vigor, a taxa foi de 3,14% a.a., conforme indica o gráfico 3. A partir de 2006, há um aumento na taxa de inflação pelos próximos dois anos, o IPCA varia entre 2008 a 2009 de 6,41% a.a. para 4,59% a.a., em 2010 ano eleitoral, o índice volta a subir, chegando a 5,91% a.a.

GRÁFICO 3- Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil: 2003-2011

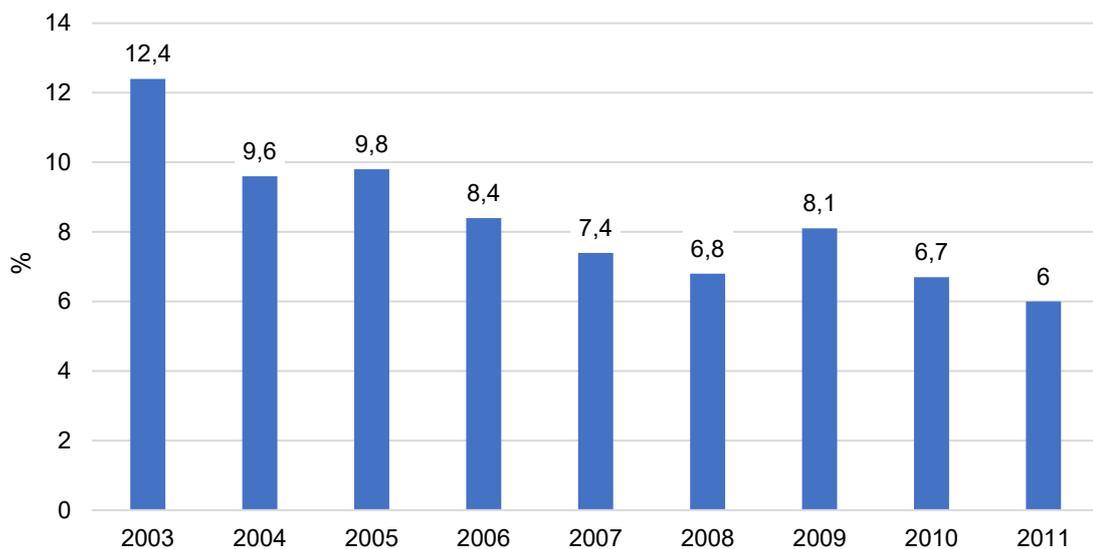


FONTE: Autoral com base em IBGE (2023).

Durante governo Lula (2003 a 2010), a taxa de desemprego apresentou quedas, com ressalva a algumas oscilações que ocorreram durante o período. Desde o primeiro mandato, o governo se comprometeu em implementar políticas direcionadas a geração de empregos e estímulo à economia (GIAMBIAGI, 2017). Além disso, o comprometimento do governo em acompanhar o sistema de metas acarretou maior otimismo sobre as projeções econômicas, fazendo com que aumentasse a demanda por emprego, o que ocasionou no intervalo entre 2003 a 2010 o resultado da taxa de desocupação respectivamente de 12,4% para 6,7% a.a. (GIAMBIAGI, 2017). Com exceção ao ano de 2009 que sofreu impactos com a crise financeira global, fazendo com que o país chegasse ao patamar de 8,1% a.a. (GIAMBIAGI, 2017). Nordhaus (1975) usa a curva de Phillips para analisar o

comportamento da taxa de inflação e desemprego nas economias no período eleitoral, segundo o autor, durante o calendário eleitoral, para obter vantagens, políticos que estão no poder fomentam o crescimento da atividade produtiva, de modo que, induz a uma queda na taxa de desemprego durante as eleições. No governo Lula, de acordo com o gráfico 4 é possível observar queda em ambos os anos eleitorais (2006 e 2010), o ano eleitoral de 2006 apresentou a taxa de desemprego de 8,4%, sendo a menor taxa se comparado aos anos anteriores. Em 2010, ocorre o mesmo, atingindo o percentual de 6,7% sendo a menor taxa de desemprego desde 2007. Assim dizendo, ao observar o comportamento do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) junto a taxa de desemprego, é possível identificar o que foi defendido por Nordhaus.

GRÁFICO 4 – Taxa de Desocupação no Brasil: 2003-2010

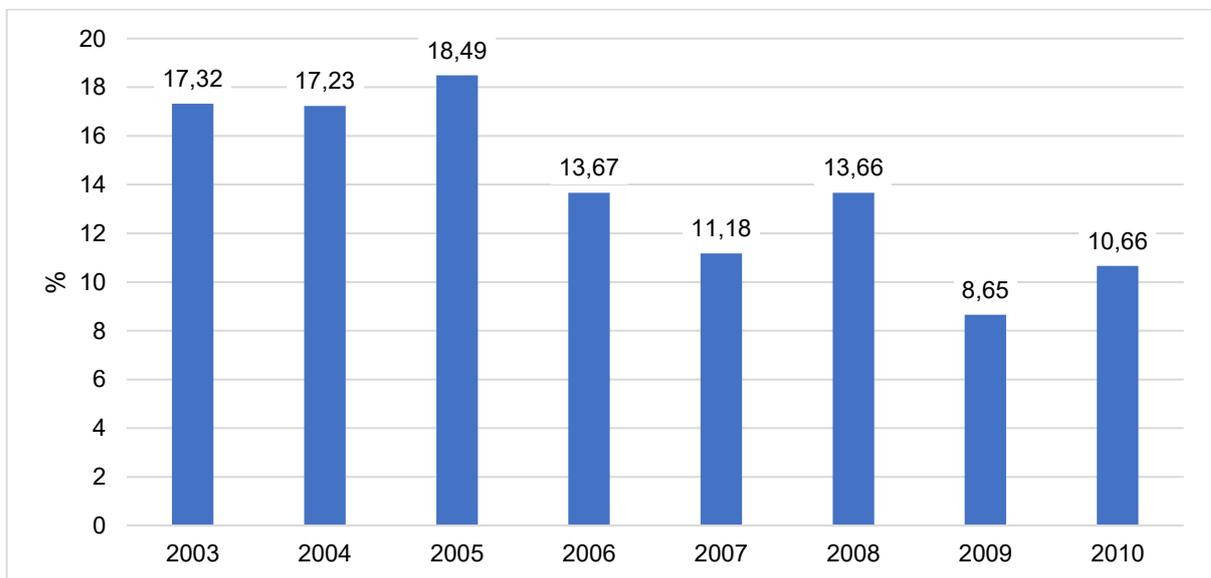


FONTE: Autoral com base em IBGE (2023)

Para fomentar o crescimento no consumo das famílias, é necessário que o valor da moeda esteja baixo, no Brasil, a taxa SELIC é a taxa que dita o custo do montante monetário em circulação (BRITTO, 2014), isso quer dizer que, em tese, quanto menor a taxa de juros, maior o consumo. No gráfico 5 é possível observar a alta na taxa de juros em 2003, no entanto, com quedas na taxa de inflação. Em 2004, a taxa de juros passa a cair, pontuando 17,23% a.a., em contrapartida, em 2005, por decorrência do aumento inflacionário, a taxa de juros volta a subir, atingindo o patamar de 18,49% a.a. (ALÉM, GIAMBIAGI, 2011). Terminando o primeiro mandato do governo Lula, em 2010, é registrado a taxa de juros de 10,66% a.a. resultado abaixo do governo anterior

(ALÉM, GIAMBIAGI, 2011). Portanto, entende-se que durante o governo em questão, a taxa de juros sofreu diversas oscilações em função da tentativa do controle inflacionário (ALÉM, GIAMBIAGI, 2011). Em comparação ao primeiro mandato, a taxa SELIC durante o período de 2007 a 2010, caiu consideravelmente, o principal fator que influenciava nas flutuações dos juros nesse período era o controle da política monetária (GREMAUD, et al., 2017). Em 2006 (ano eleitoral), a taxa de juros foi de 13,65% a.a., menor percentual, se comparado aos anos anteriores do primeiro mandato do governo Lula, no entanto, apesar de ser uma taxa baixa em relação aos anos anteriores do próprio governo, ainda assim, é um percentual consideravelmente alto, ou seja, nesse período é possível considerar o valor da moeda “caro”. A crise de 2008, fez com que o governo buscasse acelerar o consumo (GREMAUD, et al., 2017), portanto, 2009 entrega a taxa de juros de 8,65% a.a., sendo o menor índice de ambos os mandatos do governo em questão, em 2010, a taxa aumenta para 10,66% a.a., Nesse sentido, segundo Andrade (2011, p. 42) “existe independência do Banco Central em relação ao ciclo político”.

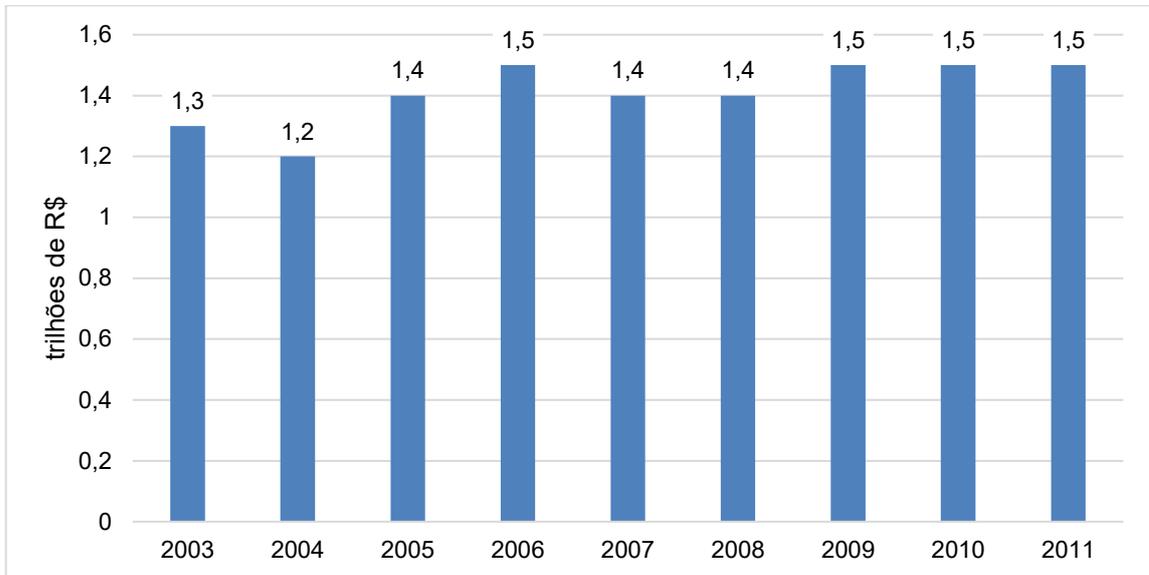
GRÁFICO 5- Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Brasil: 2002-2010



FONTE: Autoral com base em IBGE (2023).

O gráfico 6, apresenta o total das despesas do governo federal no Brasil durante do Governo Lula, ao decorrer dos anos é possível identificar o crescimento gradativo dessa variável, o primeiro e o segundo mandato do governo Lula englobam os custos relacionados à segurança pública, previdência social, urbanismo, habitação,

educação, entre outros. Entre 2003 e 2011, para promover o desenvolvimento econômico e social do país, o governo federal brasileiro adotou diversas medidas sobre os gastos públicos, principalmente em despesas primárias, isso foi possível por conta do aumento da receita (GREMAUD, et al, 2017). A crise de 2008, também impulsionou as despesas do governo, portanto, nesse período a política fiscal passa a focar em gastos com assistência, seguro desemprego, investimentos, infraestrutura etc. (GREMAUD, et al, 2017). Rogoff e Sibert (1988), acreditavam que políticos durante o calendário eleitoral aumentavam os gastos públicos com a finalidade de conquistar o eleitorado. A política fiscal adotada nos dois mandatos do governo Lula uma pauta que foi bastante debatida na mídia, “entre 2006 e 2010 as despesas do governo federal aumentaram 221 bilhões, o que evidencia a guinada na política fiscal acentuada nos dois últimos mandatos” (O GLOBO, 2011). De acordo com o gráfico 6, a cada ano é possível identificar aumento nos gastos públicos se comparado ao ano anterior. Os anos eleitorais caminham junto com esse aumento gradativo, 2006 apresentou o valor de 1,5 trilhões de reais, essa despesa representou cerca de 30,88% do PIB. Segundo relatório, (BACEN, 2007), parte desses gastos é explicado pelo crescimento nas despesas com infraestrutura, somado a elevação da produção industrial e aceleração no setor de serviços, com ênfase nos segmentos de comércio e transporte. Além disso, conforme publicado pelo jornal (O GLOBO, 2006), em 2006 os gastos com bolsa família subiram 60%, em junho os gastos somavam R\$ 597,7 milhões, no mês seguinte, esses gastos saltaram para 952,4 milhões. De acordo com o economista Almeida (2003), esse aumento pode ser explicado pelo calendário eleitoral. Passada as eleições, 2007 apresenta uma queda nos gastos públicos, o valor é cai para 1,4 trilhões de reais. No entanto, influenciado pela crise de 2008, em 2009 é possível identificar a volta no aumento anual nos gastos públicos. Sendo assim, o ano de 2010 apresenta o maior percentual de gastos do governo se comparado aos dois mandatos, 2010 apresenta gastos que somam 34,69% do PIB.

GRÁFICO 6 – Despesa Total do Governo Federal: 2003-2011

FONTE: Autoral com base em Tesouro Nacional (2023).

Em virtude do que foi apresentado, o Brasil mostrou consideráveis avanços no espaço econômico se comparado a períodos anteriores. Contando com a conjuntura econômica internacional de alta liquidez, crescimento do ciclo econômico mundial, alta nos preços das commodities e queda na taxa de juros, essas variáveis acarretou para o Brasil, baixa na inflação e redução do endividamento público (ALÉM, GIAMBIAGI, 2011). Nesse período também foi implementado políticas sociais de combate à pobreza. Portanto, os oitos anos do Governo Lula, passou por diversos desafios, em primeiro plano, o governo precisava se recuperar da recessão econômica herdada pelo Governo FHC, a necessidade de estabilização e ganhar a confiança dos investidores, foi um marco cumprido durante o primeiro governo, O fator externo foi um grande aliado que permitiu o governo atingir tais objetivos, (GREMAUD, et al., 2017). Com a economia em fase de aceleração econômica, ao se reeleger, Lula tem como principal meta, dar continuidade ao crescimento econômico, para isso, o petista executa alguns programas que visam principalmente o forte investimento em infraestrutura e industrialização (GREMAUD, et al., 2017). A concentração do Estado na economia foi uma característica que predominou durante os dois mandatos. Junto a isso, é possível identificar com base na literatura clássica o comportamento tendencioso nos ciclos econômicos durante o calendário eleitoral, as variáveis PIB, IPCA, taxa de desocupação e nível nos gastos públicos apresentaram oscilações semelhantes no que é visto na teoria dos ciclos econômico político.

5. CONCLUSÃO

O principal objetivo desse trabalho foi identificar se houve ou não comportamentos tendenciosos na economia durante os dois primeiros mandatos do governo Lula (2003 a 2010). Para isso, foi observado o contexto histórico, em conjunto com a literatura clássica e com a análise de dados macroeconômicos, na tentativa de identificar oscilações nos anos eleitorais, 2006 e 2010.

No ano eleitoral de 2006 é possível identificar uma forte presença do Governo Federal na condução das políticas econômicas. A política fiscal e monetária foram as principais ferramentas usadas pelo governo. É possível identificar o aumento nos gastos públicos, principalmente sobre a expansão dos programas transferência de renda, aumento no salário-mínimo e aceleração no setor de serviços, sobretudo nos setores de comércio e transporte. Sendo assim, o comprometimento do governo em acompanhar as metas de controle inflacionário, também foi destaque nesse ano, tendo em vista que 2006 apresentou o menor índice inflacionário se observado os dois mandatos.

No ano eleitoral de 2010, é possível identificar comportamentos similares em relação ao ano de 2006, com ressalva somente ao IPCA, visto que em 2010 o índice foi maior se comparado ao ano pré-eleitoral (2009). Porém, ao analisar as políticas fiscais observa-se também aumento nos níveis dos gastos públicos, inclusive, 2010 foi o ano com maior percentual de gastos durante os dois mandatos do governo Lula.

Contudo, do ponto de vista da teoria do ciclo econômico político, é possível concluir com base na literatura clássica que o presidente Lula conduziu as principais variáveis econômicas, sendo elas, PIB, IPCA, taxa de desocupação e gastos públicos com a pretensão de ganhar votos. Junto a isso, o presente trabalho também analisou a taxa de juros (SELIC). No entanto, foi concluído que embora o governo federal tenha influência na condução da taxa de juros, o Banco Central possui certa autonomia nas decisões sobre a política monetária, portanto, nessa variável, não foi identificado a presença de ciclos políticos.

Em suma, o presente trabalho conclui que o ciclo econômico político é um fenômeno presente em diversas economias, e que embora, tenha sido identificado e estudado pela ciência, ainda é um assunto normalizado entre os políticos e eleitores, além disso também é pouco divulgado na mídia. Sendo assim, é necessário por parte do próprio poder público, junto ao poder judiciário tomar medidas cautelosas sobre

essas ações, de modo que inibisse a obtenção de vantagens eleitorais e manipulação de votos.

REFERÊNCIAS

ALÉM, Ana. **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 2008. 493 p. v. 3. ISBN 9788535228830.

ALESINA, Alberto. **Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game**. The quarterly journal of economics, [s. l.], v. 102, ed. 3, p. 651-658, 3 ago. 1987.

ALMEIDA, Paulo. **A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula**. Rev. Socio, [S. l.], p. 87-100, 18 jun. 2003.

ALVAREZ, Regina et al. **Gastos aumentaram R\$ 282 bi no governo Lula e conta sobrou para Dilma**. O globo, [S. l.], p. 1-5, 4 nov. 2011. Disponível em: ><https://www.extraglobo.com>< Acesso em: 16 Maio. 2023.

BACEN, 2023. Disponível em: > <https://www.bcb.gov.br><. Acesso em: 12 Maio. 2023.

BOLZAN, Daiane Deponti. **TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS-ECONÔMICOS: INTERPRETANDO A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ECONÔMICA**. Rio Grande do Sul: Mestre em Economia do Desenvolvimento – PUCRS, Ano da Publicação.

BORSANI, Hugo . **Eleições e desempenho macroeconômico na América Latina (1979-1998)**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2001.

DAL-RI, Fabiano; A CORREIA, Fernando Motta. Ciclos político-eleitorais e alocação dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. 4. ed. Paraná: **Revista de Economia**, 2016. p. 305-322 p. v. .40.

DAL-RI, Fabiano; GIONEDIS, Edgar Marce. **Ciclos Políticos** - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2015.

DAL-RI, Fabiano; BORSANI, Hugo. **Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998)**. Rio de janeiro: Revista Dados, 2001.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. Estados Unidos: Cambridge University Press, 1957.

FIALHO, Tânia Maria. **Ciclos políticos**: uma resenha. São Paulo: SciELO - Scientific Electronic Library Online, 2022.

FEIJÓ, Carmem. **Contabilidade Social**. [S. l.: s. n.], 2013.

GIAMBIAGI, Fabio. **Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010)**. In: **ECONOMIA Brasileira Contemporânea**. [S. l.: s. n.], 2021. p. 190-220

GUERRA, Daniel ; DA PAIXÃO, Adriano Nascimento; FILHO, Paulo Amilton Maia Leite. **Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-**

2013. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.

HIBBS, Douglas. Political Parties and Macroeconomic Policy. **The American Political Science Review**, [S. l.], p. 1467-1487, 1 dez. 1975.

IBGE, 2023. Disponível em: ><https://ibge.gov.br>< . Acesso em: 12 Maio. 2023

KALECKI, M. **Political Aspects of Full Employment**. 4. ed. Estados Unidos: John Wiley & Sons, Ltd, 2005. v. 14.

LACERDA, Antonio. Economia Brasileira. [S. l.: s. n.], 2000.

MANKIWI, Gregory. **Introdução à Economia**. 9. ed. Estados Unidos: Cengage Learning, 2020.

NETO, Waldemiro Peterle; ROSSI, Giovana Figueiredo. Ciclos político-econômicos no Brasi. MINAS GERAIS: **Revista de Ciências Humanas**, 2016.

NORDHAUS, William. **Political Business Cycles**. Estados Unidos: Bruno S. Frey, 1997.

POSSAS, Mario Luiz; BALTAR, Paulo E. A. **O MODELO DE CICLO ECONOMICO DE KALECI**. São Paulo: Do Departamento de Economia da UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas, 1983.

PUCHALE, Caroline Lucion; PEREIRA, Ohanna Larissa Fraga ; VELOSO, Gilberto Oliveira; FEISTEL, Paulo Ricardo . **A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

ROSSONI, Sandra et al. **Os Anos Dourados do Capitalismo**. Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, [S. l.], p. 49-60, 1 jan. 1999.

TEIXEIRA, Carmen et al. **The global crisis of 2008 and the coup of capital in Brazilian health policy**. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), [S. l.], p. 11-21, 1 out. 2018.